

# Divisão sexual e internacional do trabalho: uma leitura das tendências de precarização a partir de Heleieth Saffioti

Elaine Bezerra\* e Mahara Jneesh\*\*

## **Resumo:**

O presente artigo apresenta algumas das contribuições para pensar a questão da precarização do trabalho das mulheres na atualidade. Para tal, parte-se das reflexões trazidas por Heleieth Saffioti no livro *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade* em diálogo com os estudos sobre o trabalho de *care* e os aporte do campo de estudos da economia feminista.

**Palavras-chave:** Divisão sexual do trabalho; trabalho de cuidados; economia feminista.

## The Sexual and International Division of Labor: A Reading of the Tendencies toward Precarious Employment based on Heleieth Saffioti

## **Abstract:**

This article presents some contributions to thinking about the question of the increasing precariousness of women's employment today. It takes as its point of departure the reflections of Heleieth Saffioti in the book *Women in Class Society: Myth and Reality*, placing them in a dialogue with studies on care work and the contributions of the field of feminist economy studies.

**Keywords:** sexual division of labor; care work; feminist economy.

## Introdução

As profundas transformações pelo qual vem passando o modo de acumulação capitalista em sua fase neoliberal, acentuadas pela grave crise econômica que se arrasta há, pelo menos, uma década, tem imposto um conjunto de consequências danosas para a classe trabalhadora em todo o mundo. Nesse

---

\* Doutora em Ciências Sociais pela Unicamp; pesquisadora do Grupo de Estudos Trabalho, Desenvolvimento e Políticas Públicas da Universidade Federal de Campina Grande (UFCG), Campina Grande-PB, Brasil. End. eletrônico: elainemauciobezerra@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-5326-040X>

\*\* Mestranda em História pela Universidade Federal de São João Del Rei (UFSJ), São João Del Rei-MG, Brasil. End. eletrônico: mjneesh@gmail.com  
<https://orcid.org/0000-0002-1178-378X>

contexto, intensificam-se a ofensiva contra os direitos sociais conquistados e as formas precarizantes do exercício laboral, expressas, por exemplo, na ampliação do fenômeno da “uberização” (Abílio, 2019; Antunes, 2019) e no aumento da mercantilização do trabalho de cuidados, conformando o que algumas autoras tem chamado de “cadeia global dos cuidados”<sup>1</sup> (Hochschild, 2012). Sabemos que tais efeitos não são sentidos da mesma maneira pelo conjunto dos trabalhadores, uma vez que, dada a articulação capitalismo-racismo-patriarcado, conforme postulada por Heleieth Saffioti (2004), há um prejuízo ainda maior para as mulheres e, especialmente, para as mulheres negras.

Partimos da compreensão de que o trabalho na sociedade capitalista é uma experiência “gendrada”, racializada e marcada pela divisão sexual do trabalho. Saffioti, já no seu estudo pioneiro de 1969, *A mulher na sociedade de classes: mito e realidade*, observa que as mulheres estão inseridas desigualmente no sistema de produção capitalista e o trabalho é o lugar onde articulam-se exploração e opressão. Para ela, as mulheres encontram-se em funções menos prestigiosas, realizando trabalhos repetitivos, fragmentados e com remuneração menor em relação aos homens:

Na sociedade de classes, o trabalho, a par de ser alienado enquanto atividade, gera um valor do qual não se apropria inteiramente o indivíduo que o executa, quer seja homem, quer seja mulher. Esta, entretanto, se apropria de menor parcela dos produtos de seu trabalho do que o faz o homem. É óbvio, portanto, que a mulher sofre mais diretamente do que o homem os efeitos da apropriação privada dos frutos do trabalho social (Saffioti, 2013, p. 73).

A autora argumenta que a existência de um trabalho não remunerado, realizado pelas mulheres no interior do lar, amplia a extração de mais-valia, uma vez que garante a reprodução da força de trabalho, sem aumentar o ônus dos donos do capital, além de intensificar a exploração do contingente feminino. Ainda nessa discussão, para Heleieth, há uma valorização do trabalho do homem, justificada pela força física que serve à hierarquização dos sexos na divisão do trabalho. Esse argumento, entretanto, torna-se questionável quando a valorização se dá em funções que não requerem força muscular (Saffioti, 2013, p. 82).

O casamento e a maternidade são eleitos por ela como responsáveis pela descontinuidade da presença das mulheres no trabalho remunerado e da sua posição subalterna no interior das empresas:

---

<sup>1</sup> Esse conceito caracteriza o fluxo de pessoas que cuidam e precisam de cuidados. Nas análises que são referências para esses estudos, as diferenças entre Norte e Sul determinam uma situação que conecta a divisão internacional do trabalho e a divisão sexual do trabalho. Dessa maneira, países do Sul exportam a força de trabalho para as famílias, para o Estado e outras instituições para cuidar das pessoas no Norte.

A descontinuidade do trabalho feminino fornece aos empregadores alguns dos argumentos que justificam a subalternidade das mulheres na hierarquia de posições das empresas, assim como a preferência destas pelo trabalho masculino para os postos de responsabilidade de que depende o progresso do próprio empreendimento econômico (Saffioti, 2013, p. 86).

Essa desvantagem na inserção do mercado de trabalho guetiza as mulheres em setores como a prestação de serviços domésticos e o comércio. Tais ocupações, na maioria das vezes, são exercidas em regimes de trabalho mais vulnerável aos efeitos das crises e podem ser vistas como *semiocupações* ou *desemprego disfarçado*, registrando-se nelas os mais baixos níveis de salários (Saffioti, 2013, p. 85). Saffioti desvela, assim, o mecanismo de operação da *divisão sexual do trabalho*<sup>2</sup> que será melhor tratado pelas estudiosas feministas a partir da década de 1970, conforme já apontamos em outro texto (Bezerra, 2018b).

Para nossa discussão é importante apreender os princípios norteadores da definição da divisão sexual do trabalho: o da separação (existem trabalhos de homens e de mulheres) e o da hierarquia (os trabalhos de homens valem mais do que os trabalhos das mulheres) (Kergoat, 2002). Em outras palavras, há uma atribuição aos homens do trabalho produtivo e a atribuição do trabalho doméstico às mulheres (Hirata; Kergoat, 2003) e este trabalho produtivo (por excelência realizado pelos homens) possui maior valor social do que o trabalho doméstico, que é relegado ao status de um “não trabalho” e majoritariamente realizado por mulheres. Segundo Kergoat e Hirata por “toda parte” e “sempre” o valor distingue o trabalho masculino do trabalho feminino: “produção vale mais que reprodução, produção masculina vale mais que produção feminina (mesmo quando uma e outra são idênticas)” (Kergoat; Hirata, 2003, p. 34).

Cinquenta anos se passaram desde a publicação da 1ª edição de *A mulher na sociedade de classes* e a teoria feminista avançou enormemente com a elaboração das categorias de gênero e da divisão sexual do trabalho, entre outras. Alguns desses avanços irão, justamente, aprofundar aspectos da presença das mulheres no mundo do trabalho como o fez Saffioti, mesmo sem fazer referência diretamente a ela.

Como já identificado pelas pesquisas realizadas por Heleieth, a participação das mulheres no trabalho remunerado aumenta exponencialmente a partir de meados dos anos 1960. Para Guimarães e Alves de Brito (2016), a mercantilização do mercado de trabalho no Brasil foi impulsionada principalmente pela rápida

---

<sup>2</sup> De forma sintética, a divisão sexual do trabalho “tem por características a destinação prioritária dos homens à esfera produtiva e das mulheres à esfera reprodutiva e, simultaneamente, a ocupação pelos homens das funções de forte valor social agregado” (Kergoat, 2009, p. 67).

mercantilização do trabalho das mulheres, ou seja, esse “é um processo que se declina no feminino” (Guimarães; Alves de Brito, 2016). Como consequência desse movimento tem-se o fenômeno da “feminização” do mercado de trabalho a partir dos anos 1990 (Hirata, 2001/2002; Bruschini, Lombardi, 2000)<sup>3</sup>.

A precariedade e a vulnerabilidade continuam sendo a tônica que organiza a vida laboral das mulheres na sociedade capitalista e está presente nas formas atuais de sua inserção. Segundo Helena Hirata (2011, p. 11), no caso do Brasil “onde o trabalho informal e sem proteção social foi sempre dominante, assiste-se a instabilidade dos empregos estáveis, e a supressão, nos anos 1990, de empregos formais, sobretudo no setor industrial”. Mesmo no período compreendido entre anos 2004 e 2016 quando houve melhorias significativas no mercado de trabalho brasileiro com adoção de políticas de aumento da formalização do emprego e valorização do salário mínimo, manteve-se uma forte segregação de gênero e de raça e as mulheres seguiram ocupando os postos mais precários. Para retratar essa situação, tomamos a assertiva de Hirata que afirma haver uma *divisão sexual da precarização do trabalho* que, para ser elucidada, precisa recorrer a “dimensão extratrabalho, principalmente, à relação entre os homens e as mulheres no universo doméstico” (Hirata, 2009, p. 25).

Essa condição de precariedade das mulheres no trabalho constituiu historicamente dois fenômenos bastante representativos da clivagem de gênero nesse universo, são eles: a bipolaridade do emprego feminino e a emergência do *care*. O primeiro explica que as mulheres estão situadas em dois polos distintos: um *polo precário* e um *polo abastado*. O *polo precário* abriga um grande contingente feminino em posições menos favoráveis e precárias quanto ao vínculo de trabalho, à remuneração, à proteção social e as condições de trabalho (Bezerra, 2018a), já o *polo abastado* é composto por profissões de nível superior que foram gradativamente sendo ocupadas pelas mulheres com o aumento da sua escolarização. No *polo precário*, destaca-se a permanência do emprego doméstico como um dos maiores nichos femininos, uma vez 90% das empregadas são mulheres.

Há uma diferença racial importante entre os dois polos: enquanto o *precário* é composto por trabalhadoras negras, pardas e migrantes, no *polo abastado* estão as mulheres brancas, mais qualificadas e não migrantes. Para Hirata e Kergoat, é a primeira vez na história do capitalismo que há a oposição dos interesses de uma camada de mulheres mais abastadas em relação àquelas do *polo precário*. Há, assim, o estabelecimento de forma inédita de duas relações sociais entre mulheres em âmbito mundial (Bezerra, 2018a).

---

<sup>3</sup> No Brasil, segundo Bruschini (2007) e Bruschini e Lombardi (2000), entre meados de 1970 e até 2010 ingressaram no mundo do trabalho remunerado cerca de 32 milhões de mulheres, o que representa um crescimento de 85%. No mesmo período a participação masculina foi menor que a feminina, mantendo-se em torno de 75% (Bezerra, 2018a).

A ideia ainda presente na sociedade de que o trabalho das mulheres representa uma “ajuda” à ocupação principal (a do homem) e a visão de que o salário feminino é apenas um “complemento” na renda familiar são formas de legitimar essa precariedade, principalmente porque os dados sobre o peso do salário das mulheres na composição das famílias tem demonstrado o contrário.

As análises feitas por Saffioti sobre o processo de produção capitalista e seus efeitos na exploração do trabalho mostraram como a inserção social da mulher no capitalismo está fadada ao processo de precarização do trabalho, intensificada sob o julgo do neoliberalismo. Anos mais tarde, essa tendência de precarização vai se revelando como algo factível, com a crescente entrada das mulheres no mercado de trabalho em todo o mundo principalmente no setor de serviços. No caso do Brasil, pode-se afirmar que a maior parte das ocupações relacionadas ao trabalho de *care* estão situadas no polo precário como caracterizamos acima. Os estudos feministas sobre o *care*<sup>4</sup> mostram de que maneira os empregos ocupados pelas mulheres reafirmam a divisão sexual do trabalho e tendem a se deteriorar cada vez mais com as crises econômicas e como impactam diretamente na vida das mulheres, que são as principais responsáveis pelo cuidado com a vida. Dessa maneira, traremos nas seções a seguir alguns elementos desse debate para refletir sobre manutenção da tendência de precariedade do trabalho das mulheres em nível global, expressos na importância do trabalho doméstico e de cuidados para a sociedade atual e, também, incorporaremos alguns aportes da Economia Feminista como uma forma para pensar um novo paradigma de compreender esse trabalho a partir da ideia de “sustentabilidade da vida”.

### **O trabalho doméstico e de cuidados e a precarização das condições de vida das mulheres**

Desde o final da década de 1980, os debates sobre o *care* fazem parte da discussão feminista. É possível destacar, num primeiro momento, as questões levantadas pelas teóricas anglo-saxãs, que trouxeram reflexões sobre a ética e a política do *care* (Hirata; Guimarães, 2012). A retomada do debate dos cuidados pelas feministas francesas ocorre nos anos 2000 e mais recentemente na América Latina e Central, com ênfase no cuidado das crianças (idem). Durante muitos anos, o cuidado das pessoas idosas teve espaço em outras áreas de conhecimento ainda distantes das ciências sociais, como a gerontologia e a saúde pública.

---

<sup>4</sup> Hirata e Guimarães (2012) aborda os problemas referentes à tradução do termo *care* para o francês cujo termo seria “soin”, mas não contemplaria a amplitude do que significa o *care* – “cuidado, solicitude, preocupação com o outro, estar atento às suas necessidades, todos esses diferentes significados estão presentes na definição de *care*. Segundo a autora, a tradução de *care* para o português não traz prejuízos ao seu conteúdo e a opção pela tradução ou não, varia entre as autoras.

Essas pesquisas foram motivadas, principalmente, pelo fenômeno recente do envelhecimento da população (Hirata; Guimarães, 2012), mas, também, pela intensificação da bipolarização do emprego feminino, aspecto já apontado na introdução desse texto.

O trabalho do cuidado envolve questões importantes para refletir sobre as relações sociais de desigualdade entre homens e mulheres em nossos tempos. O aprofundamento das condições precárias na forma como esse trabalho é organizado em todo o mundo, auxilia-nos compreender mudanças importantes no mundo do trabalho a partir, especialmente, das consequências das crises econômicas do capitalismo no cotidiano. Como chamam atenção Hirata e Debert,

As crises econômicas por que passam diferentes países, a estagnação dos serviços públicos de bem-estar, o prolongamento da vida humana, o aumento da proporção de idosos na população transformam a dependência num risco social e a questão do cuidado numa preocupação política. Problemas que até muito recentemente eram tidos como próprios da esfera privada – ocupação das mulheres na família – foram transformados em obrigações do estado, obrigações essas que ganham novas configurações no mundo contemporâneo (Hirata; Debert, 2016, p. 7).

Sendo as mulheres são, tradicionalmente, os sujeitos que realizam o cuidado, os novos arranjos familiares influenciam na sua maior inserção no mercado de trabalho e a forma pela qual se organiza o cuidado em todo o mundo. Dessa maneira, merecem destaques a análise dos diferentes contextos e os estudos que ligam a divisão internacional e sexual do trabalho e a existência de uma cadeia de cuidados. Para Hirata (2008), a importância dada ao debate dos cuidados aponta para o lugar da globalização nos fenômenos de migração interna e externa utilizados para suprir a demanda de força de trabalho para o cuidado.

Guita Grin Debert (2016), a partir das suas pesquisas sobre migrações e o cuidado de pessoas idosas onde compara os sistemas de provisão de cuidados do Brasil e da Itália, traz uma importante contribuição. Para ela, o processo recente de envelhecimento e a redefinição das formas de dependência revelam novas relações entre Estado e vida doméstica. Afinal, seria uma obrigação do Estado ou da família os cuidados com as pessoas idosas? A autora chama a atenção para as modificações atuais dentro da composição das famílias, destacando, no caso brasileiro, as famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Assim, ao abordar o caso brasileiro, Debert (2016) enfatiza a herança servil na forma de funcionamento do trabalho doméstico e trata os avanços na legislação trabalhista referente aos direitos das empregadas domésticas como uma segunda abolição. Dada a grande oferta desse trabalho no Brasil, a autora destaca a importância de incorporar à análise dos recortes de gênero, classe e raça, já que

as políticas públicas adotadas (ou a falta delas), em ambos os países, reproduzem o modelo tradicional de cuidados providos pela família.

O trabalho doméstico e de cuidados no Brasil têm suas características próprias de um passado colonial, que define, até hoje, o lugar de servidão reservado às mulheres negras na sociedade. Aqui, mais uma vez, Saffioti, em *A mulher na sociedade de classes*, ineditamente, explicitou que a destinação das mulheres negras ao trabalho produtivo, às tarefas domésticas nas casas dos senhores de engenho e à sua satisfação sexual, na sociedade colonial, constituiu a base do padrão de dominação masculina existente no Brasil. Em outras palavras, não é possível analisar o trabalho doméstico no nosso país sem entender as questões de poder envolvidas a partir do racismo e do patriarcado. A PEC das domésticas (Emenda constitucional n. 72, de 2013) é um bom exemplo para refletirmos a situação do emprego doméstico e suas particularidades. De forma sintética, a Emenda estende às domésticas os mesmos direitos já aplicados aos outros trabalhadores no que diz respeito à jornada de trabalho, no entanto, tem sido duramente criticada pelas classes que contam com esse serviço, mas o valorizam pouco.

Debert (2016) também questiona as práticas escravocratas na Europa, uma vez que, na Itália e Espanha, o cuidado do idoso está diretamente atrelado ao cuidado provido pelas famílias que contam com a força de trabalho imigrante para a promoção desse serviço. Na Itália, por exemplo, essas imigrantes são chamadas de *badanti* e fazem parte do sistema de provisão de cuidados que é denominado pela autora como “sistema mediterrâneo de welfare”. Ela salienta que, nos últimos anos, as trabalhadoras vindas do leste europeu são preferidas para o cuidado dos idosos, devido ao seu nível educacional e idades maiores, enquanto as latinas são mais procuradas para o cuidado das crianças e as africanas para os trabalhos de limpeza. A autora destaca ainda que essa não é uma divisão rígida entre as imigrantes, pois, todas dão conta dos cuidados generalizadamente e, por vezes, de forma precária.

Portanto, a etnicidade, a nacionalidade e o gênero conformam uma dinâmica específica e impõe um padrão a esse mercado de cuidados. Nas palavras de Debert: “a escassa disponibilidade de serviços sociais e a disponibilidade de trabalho a baixo custo, somadas a uma escassa regulamentação do trabalho e do fluxo migratório, sustentam um mercado de cuidado fundado em mulheres imigrantes” (Debert, 2016 p. 139).

A partir dessas características, é possível fazer uma relação com o que Saffioti, anos antes, havia alertado em relação as tendências de precarização do emprego feminino. Os estudos comparativos sobre a provisão de cuidados em todo mundo, ilustram o funcionamento real da já mencionada “cadeia global de cuidados”, bem como sua relação com a divisão internacional do trabalho, cada vez mais pujante na atual fase de organização do capitalismo.

## A “sustentabilidade como vida” – contribuições da Economia Feminista pra pensar a reprodução social na atualidade

Em seus estudos, Saffioti enxergava como impossível a igualdade de direitos para as mulheres dentro do capitalismo, uma vez que sua inserção social se dá por meio de um modelo que coloca amarras para a construção de autonomia desde o lugar do trabalho. No caso das ciências econômicas, a leitura sobre o funcionamento da sociedade capitalista é hegemonizada (até os dias de hoje) pelas teorias neoclássicas. Tais interpretações seguem à contramão de uma compreensão mais ampla do que é a economia, bem como dos mecanismos de exploração existentes, por exemplo, a possibilidade de uma maior extração de mais-valia a partir do trabalho reprodutivo (não pago) realizado pelas mulheres, conforme apontou Saffioti. A retomada de um entendimento ampliado sobre o que é a economia e a importância do trabalho das mulheres na sustentação do sistema capitalista é um tema central nas teorias desenvolvidas pela Economia Feminista<sup>5</sup>.

Destacaremos, a seguir, alguns elementos apontados pelas principais teóricas do campo da Economia Feminista, que nos serve de argumento para propor um diálogo promissor com o legado de Saffioti na obra *A mulher na sociedade de classes*, com vistas a pensar a cadeia de cuidados como consequência do modelo atual de acumulação capitalista.

A Economia Feminista apresenta-se como uma ferramenta teórica para analisar o desenvolvimento do capitalismo revendo os conceitos econômicos hegemônicos e apontando como central o problema da reprodução da vida e o protagonismo das mulheres na sustentação da economia. Antonella Picchio (2012; 2018) é uma das autoras que tem ressaltado a importância de trazer as contribuições do pensamento feministas para a reconstrução do pensamento econômico. Oriunda dessa importância, principalmente a partir da década de 1990, trata-se de uma corrente teórica que deixa claro o seu compromisso político com a luta pela superação do capitalismo. Ao se inspirar na experiência das mulheres para suas formulações, vislumbra um outro mundo possível a partir

---

<sup>5</sup> Existem algumas diferenças epistemológicas entre as autoras desse campo expressas na distinção entre Economia Feminista *versus* Economia de Gênero. Além disso, segundo Orozco (2014), dentro da Economia Feminista há uma divisão em dois campos: a Economia Feminista da Conciliação e a Economia Feminista da Ruptura. A principal diferença entre as duas trata da compreensão da necessidade (ou não) de romper com o modo de produção capitalista para a construção de uma “outra economia”. O interesse desse artigo em aproximar as análises feitas por Saffioti sobre as tendências de precarização das mulheres no capitalismo nos leva a optar pelas análises a partir da perspectiva da Ruptura. Utilizaremos principalmente os aportes sistematizados por Cristina Carrasco e Antonella Picchio, que se inserem na perspectiva da Economia Feminista da Ruptura, por reconhecerem o compromisso político contido nessa linha de abordagem.

da concepção de “sustentabilidade da vida”<sup>6</sup>, ampliando a noção de reprodução social.

Cristina Carrasco (2018) também é uma das referências nos estudos sobre a Economia Feminista e, assim como Picchio, compartilha da concepção marxista de trabalho, interpretando a maneira pela qual a própria força de trabalho se constitui como uma mercadoria fundamental ao funcionamento do capitalismo. Partindo da noção marxista de que o processo de acumulação capitalista se dá a partir da exploração da força de trabalho, argumentam que a força de trabalho a ser explorada no mercado em troca de um salário precisa de condições sociais, psicológicas, afetivas e emocionais para atuar. É necessária a realização de uma série de tarefas de cuidados para que esse trabalhador esteja limpo, alimentado e psicologicamente equilibrado para poder vender sua força de trabalho ao mercado. Isso significa, que o processo produtivo depende do trabalho reprodutivo para acontecer e, ao ser realizado de maneira gratuita, rebaixa o custo da mercadoria força de trabalho, garantindo mais lucros ao capital, como também foi apontado nas análises feitas por Saffioti.

Ainda sobre a mercadoria força de trabalho, Picchio (2018) mostra como sua exploração no mercado traz contradições. As pressões sofridas no exercício laboral, a submissão a longas jornadas, as condições precárias e os baixos salários, por exemplo, são amenizadas por meio do trabalho reprodutivo realizado pelas mulheres que revigora as pessoas que estão sob essas condições. Nesse sentido, o trabalho doméstico não é simplesmente uma junção de tarefas necessárias, mas funciona como uma restituição de bem-estar frente à exploração do mercado: “a acumulação usa pessoas como mercadorias, e a tarefa do trabalho doméstico é produzir e restaurá-las como pessoas dentro dos limites da reprodução delas como mercadorias” (Picchio, 2018, p.75).

A autora explica que quanto maiores são as pressões sofridas no mercado de trabalho, maiores devem ser os esforços para fazer com que os trabalhadores reproduzam sua força de trabalho. Isso tem consequências negativas para as mulheres que, na maioria das vezes, realizam esse trabalho de “repor” a energia necessária para que os trabalhadores possam dar continuidade ao trabalho produtivo. Para Picchio, “quanto mais alienada for a relação entre as pessoas e o sistema de produção, mais pesado e difícil se torna o trabalho doméstico. E o trabalho doméstico é ainda mais difícil quanto mais desigual for a sua distribuição dentro da família entre os homens e as mulheres” (2018, p. 75).

---

<sup>6</sup> Esse conceito é utilizado principalmente por Cristina Carrasco para problematizar de que maneira o capitalismo compromete as condições de vida das pessoas e o meio ambiente. Para a autora, o objetivo maximizar os lucros é contrário ao respeito à vida e por isso entende como necessário um modo de produção cujo foco seja a “sustentabilidade da vida”.

Os estudos sobre a Economia Feminista salientam também as diferentes formas que mulheres e homens organizam seus tempos. Para Carrasco (2003), o tempo das pessoas é organizado pelo capitalismo a partir de processos que gerem eficiência na produção, no entanto, o tempo reservado à reprodução social não se expressa da mesma maneira em termos de produtividade. Ou seja, esse tipo de organização não cabe na lógica de funcionamento do trabalho doméstico e de cuidados necessário à reprodução social.

Cuidar de uma pessoa doente, por exemplo, mostra como o tempo de recuperação de uma doença depende da resposta do corpo humano. Quem cuida dessa pessoa precisa trabalhar de acordo com esse tempo, que corresponde a fatores e necessidades internas e não pode ser colocado em termos de eficiência e produtividade. Aspectos como estabilidade emocional, segurança afetiva e capacidade de se relacionar, também não condizem com os preceitos do mercado que objetiva, sobretudo, o lucro.

Nesse sentido, as pesquisas sobre os “usos do tempo” são fundamentais dentro das abordagens da Economia Feminista. Elas constataam que os tempos impostos pelo modo de produção capitalista e os tempos em que a vida em si funciona são contrários. O exemplo colocado anteriormente demonstra como os imperativos utilizados pelo capitalismo para determinar os tempos vão à contramão do que a vida precisa para ser reproduzida. Dessa maneira, quando as condições de vida das pessoas se tornam mais difíceis são as mulheres, responsabilizadas pelo cuidado com a vida, as que mais trabalham. Para Carrasco (2003), existe um conflito colocado entre o capital e a vida, entre os processos que fazem a reprodução da vida acontecer<sup>7</sup>.

Assim, mesmo partindo de campos teóricos diferentes (porém não distintos), as teóricas da economia feminista problematizam a centralidade da divisão sexual e internacional do trabalho (como também já citado por Helena Hirata), que tem na reprodução social a base que sustenta a acumulação capitalista. O que, no nosso entender, pode ser considerada uma recente e importante contribuição dessas teóricas é o deslizamento da concepção de “sustentabilidade da vida”, a partir de uma ruptura com o capitalismo, para a proposição de um modo de produção e reprodução que tenha como foco a vida em seu sentido amplo, como explica Carrasco:

Nesse percurso, a economia feminista foi se deslocando conceitual e politicamente da discussão sobre o trabalho doméstico para a ideia mais recente de sustentabilidade da vida, ambos conceitos debatidos com mais intensidade nos

---

<sup>7</sup> Faz parte da qualificação desse conflito capital x vida a dimensão das relações predatórias com o meio ambiente. No entanto, essa questão não será desenvolvida nesse artigo, por não ser o objetivo do mesmo.

movimentos sociais e sindicais do que na academia – conceitos, portanto, com uma forte carga política. Os primeiros debates buscavam um reconhecimento do trabalho doméstico como trabalho, o que tinha sérias implicações políticas, colocando em questão as teorias marxistas. O conceito de sustentabilidade da vida – além de exigir um maior estudo e discussão – nos coloca a necessidade de perfilar quais são as economias próximas, que ao menos em princípio mantém o mesmo objetivo que a economia feminista, para tentar construir diálogos e ações conjuntas – necessários se desejamos uma transformação social rumo a uma sociedade mais igualitária e melhor para se viver (Carrasco, 2018, p. 33).

As duas abordagens utilizadas para interpretação do que estamos chamando de tendência de precarização do trabalho das mulheres, a partir dos estudos pioneiros de Saffioti (1969), desvelam aspectos importantes sobre a reorganização desse trabalho, principalmente a partir da década de 1990. A proposta de examinar de maneira crítica o capitalismo e assumir um compromisso com a construção da sustentabilidade da vida, nos mostra como as tendências analisadas por Saffioti décadas antes se mantêm atuais. Além disso, esta permanece uma autora relevante na atualidade para um conjunto de organizações feministas e sociais. As abordagens trazidas pelas teorias do cuidado, bem como pela Economia Feminista, estão no centro da reflexão feminista sobre as novas configurações do mundo do trabalho e sua conexão com os estudos pioneiros de Saffioti colocam desafios importantes para o pensamento feminista.

### **Considerações finais**

O recurso às contribuições de Heleieth Saffioti para pensar as tendências atuais de precarização da vida das mulheres procurou demonstrar a centralidade da articulação entre divisão sexual do trabalho e a divisão internacional do trabalho. Na obra *A mulher na sociedade de classe: mito e realidade*, a autora enfatizou que a condição da mulher brasileira e sua evolução ao longo da história sofreram o impacto da ação do centro hegemônico do capitalismo internacional e que certas mudanças não encontram explicações se a unidade nacional for tomada como totalidade inclusiva. Nas suas palavras:

Cada vez mais se impõe a necessidade de tomar-se como totalidade histórica inclusiva o sistema capitalista internacional dentro do qual as sociedades globais nacionais não são senão subsistemas que, embora guardando um mínimo de autonomia funcional, mantêm, com o sistema geral e com seu núcleo, uma identidade fundamental (Saffioti, 2013, p. 43).

Ela compreendia que os fatores de sexo (para nós, gênero) e raça não são entidades empíricas autônomas, mas categorias sociais que cobrem toda a exten-

são da sociedade e se cruzam com a divisão antagônica em classes na estruturação do modo de produção de bens e serviços. Ao atualizar as formas de submissão pertencentes a modos de produção anteriores como o racismo e o sexismo, o capitalismo o fez, também, obedecendo as relações de desigualdade entre as nações do norte e do sul. Dessa maneira é que tais fatores servem para atenuar os conflitos gerados pela ordem social competitiva, mantendo seu padrão de equilíbrio.

Para Saffioti, a tensão entre a realização dos trabalhos dentro e fora de casa e as formas como a sociedade resolve esse conflito, geralmente recorrendo aos padrões da divisão sexual do trabalho e precarizando o trabalho das mulheres, é que resulta na sua posição de inferioridade e, por sua vez, na integração periférica na sociedade de classes. Independentemente de se a tese central da marginalização da mulher ainda tem força explicativa na atualidade, a relação entre produção e reprodução e, em especial, a consequência dessa relação em contextos de crises, permite-nos propor diálogos entre Saffioti e os aportes atuais dos estudos do *care* e da economia feminista.

Sabemos que os trabalhos que envolvem o cuidado são muito mais amplos que o trabalho doméstico em si, mas sua relação com esse trabalho e o funcionamento dos padrões de gênero e raça mostram a ligação entre o trabalho feminino e sua naturalização conforme atributos do trabalho doméstico. A necessidade de cuidados na sociedade é universal, no entanto, apenas uma parcela da população é responsável pelo seu provimento e a forma vigente de realização desse trabalho garante benefícios que privilegiam o homem branco, heterossexual, de classe abastada como modelo generalizado de ser humano e evidencia como ocorre a exploração das trabalhadoras do cuidado.

Nesse ponto, a nosso ver, se encontram as formulações propostas por Saffioti em *A mulher na sociedade de classes*, as contribuições das pesquisadoras do *care* e os aportes oferecidos pelas economistas feministas: desvendar os mecanismos que ocultam a centralidade da reprodução social na manutenção do modelo de exploração e dominação capitalista. As economistas feministas avançam ao inverter a lógica de desvalorização, por parte das ciências econômicas, do trabalho exercido pelas mulheres, sugerindo que são trabalhos de “produção do viver” e de “sustentabilidade da vida”. Por outro lado, pesquisadoras do *care* ao propor a existência de uma “cadeia global de cuidados” recolocam a questão como estrutural na dinâmica de reprodução da acumulação capitalista que, além de reforçar a exploração, agudizam as discriminações de gênero, racial, étnicas e de nacionalidade.

Ainda na perspectiva da proposição de diálogos possíveis entre Saffioti e a centralidade do debate entre produção e reprodução, sugerimos, também, que

as formulações da economia feminista trazem um campo de possibilidades. Tal esforço pode ser alvissareiro, fundamentalmente porque guarda similaridades com o caminho trilhado por Heleith. Uma dessas similaridades é a utilização da base científica do marxismo como ferramenta para reelaborar toda uma tradição de pensamento (no caso aqui, o da economia neoclássica) que invisibilizou o trabalho das mulheres e a sua contribuição para a economia. Outra aproximação importante é a relação entre teoria e prática (tão cara a Saffioti), uma vez que, as estudiosas do campo da economia feminista estão ancoradas na experiência teórico-política do feminismo e mantém uma relação de permanente troca com a luta e a organização das mulheres. E, um terceiro elemento, é a compreensão da impossibilidade de o atual sistema econômico garantir a valorização e autonomia das mulheres, sendo necessário a construção de um outro modo de organização da sociedade. Para tal, urge a ruptura da dicotomia entre produção e reprodução e o fim da subsunção do trabalho garantidor da vida à lógica do lucro.

Por fim, quando afirmamos que a situação de precarização das mulheres na atualidade segue uma tendência já antecipada por Saffioti, não se trata, pois, de engessar a teoria feminista, relegando-as a meros aprofundamentos do que já foi apontado. Mas, pelo contrário, tem como objetivo reconhecer seu legado e provocar a nossa geração de pesquisadoras e pesquisadores a revisitar suas contribuições, refletir sobre suas premissas, apontar as insuficiências, tornando, assim, seu pensamento vivo. Os estudos comparativos realizados por Hirata e Debert (2016), por exemplo, e pelas estudiosas da Economia Feminista, reforçam a precariedade e precarização do trabalho das mulheres como uma dimensão estrutural do modo de acumulação capitalista e não como uma tendência inscrita apenas nos contextos nacionais dos países do Sul ou em menor grau de subdesenvolvimento.

## Referências

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. O Estado está se transformando em orientador da precarização do trabalho – entrevista concedida a Gabriel Brito. *Correio da Cidadania*, 13 Jun. 2019. Disponível em <http://www.correiodacidade.com.br/politica/13799-o-estado-esta-se-transformando-em-orientador-da-precariozacao-do-trabalho>. Acesso em 30 Set. 2019.
- ANTUNES, Ricardo. *Riqueza e miséria do trabalho no Brasil IV: trabalho digital, autogestão e expropriação da vida*. São Paulo: Boitempo, 2019.
- BEZERRA, Elaine Mauricio. *Trabalho de homem, trabalho de mulher no Polo de Condições do Agreste de Pernambuco*. Tese (Doutorado em Ciências Sociais). IFCH/UNICAMP, Campinas, 2018a.

- \_\_\_\_\_. O pioneirismo de Heleieth Saffioti na construção de uma teoria crítica feminista marxista. *IX Colóquio Interacional Marx e Engels*. Unicamp, Campinas, 2018b.
- BRUSCHINNI, Cristina. Trabalho e gênero no Brasil nos últimos dez anos. In: *Seminário internacional gênero e trabalho*. MAGE. São Paulo: Fundação Carlos Chagas, 2007.
- BRUSCHINNI, Cristina; LOMBARDI, Maria Rosa. A bipolaridade do trabalho feminino no Brasil contemporâneo. *Cadernos de Pesquisa*, São Paulo, n. 110, 2000.
- CARRASCO Cristina. A economia feminista: um panorama sobre o conceito de reprodução. *Revista Temáticas*, Campinas, n. 52, 2018.
- \_\_\_\_\_. Sustentabilidade da vida humana: um assunto de mulheres? In: FARIA, Nalu e NOBRE, Miriam (orgs.). *A produção do viver*: ensaios de economia feminista. São Paulo: SOF, 2003.
- DEBERT, Guita Grin. Migrações e o Cuidado do idoso. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 46, p. 129-149, 2016.
- GUIMARÃES, Nadya Araujo; ALVES DE BRITO, Murillo Marschner. Mercantilização no feminino: a visibilidade do trabalho das mulheres no Brasil. In: ABREU, Alice. Rangel; HIRATA, Helena; LOMBARDI, Maria Rosa. (Orgs.). *Gênero e trabalho no Brasil e na França*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- HIRATA, Helena. Tendências recentes da precarização social e do trabalho: Brasil, França, Japão. *Cadernos CRH*, Salvador, vol. 24, n. 1, 2011.
- \_\_\_\_\_. A precarização e a divisão internacional e sexual do trabalho. *Sociologias*, Porto Alegre, n. 21, 2009.
- \_\_\_\_\_. Globalização e divisão sexual do trabalho. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 17-18, 2001/2002.
- HIRATA, Helena; DEBERT, Guita Grin. Dossiê gênero e cuidado – Apresentação. *Cadernos Pagu*. Campinas, n. 46, 2016.
- HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo. Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care. In: *Cuidado e cuidadoras*: as várias faces do trabalho do care. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- HIRATA, Helena; KERGOAT, Danièle. Paradigmas sociológicos revistos à luz da categoria de gênero. Que renovação aporta a epistemologia do trabalho? *Novos Cadernos NAEA*, Belém v. 11, 2008.
- \_\_\_\_\_. A divisão sexual do trabalho revisitada. In: Hirata, Helena; MARUANI, Margareth (orgs.). *As novas fronteiras da desigualdade*: homens e mulheres no mercado de trabalho. São Paulo: Editora Senac, 2003.

- HOCHSCHILD, Arlie. Nos bastidores do livre mercado local: babas e mães de aluguel. In: HIRATA, Helena; GUIMARÃES, Nadya Araujo (orgs). *Cuidado e cuidadoras: as várias faces do trabalho do care*. São Paulo: Editora Atlas, 2012.
- KERGOAT, Danièle. Divisão sexual do trabalho e as relações sociais de sexo. In: HIRATA, Helena. et al (orgs.). *Dicionário Crítico do Feminismo*. São Paulo: Editora da Unesp, 2009.
- \_\_\_\_\_. A relação social de sexo: da reprodução das relações sociais à sua subversão. *Pro-posições*, Campinas, vol. 13, n. 1, 2002.
- OROZCO, Amaia. *Subversión feminista de la economía: sobre el conflicto capital-vida*. España: Traficantes de sueños, 2014.
- PICCHIO, Antonella. Trabalho feminino no cerne do mercado de trabalho. *Revista Temática*, Campinas, n. 52, 2018.
- \_\_\_\_\_. A economia política e a pesquisa sobre as condições de vida. In: FARIA, Nalu; MORENO, Renata (orgs.). *Análises feministas: outro olhar sobre a economia e a ecologia*. São Paulo: SOF, 2012.
- SAFFIOTTI, Heleieth. *A mulher na sociedade classes: mito e realidade*. São Paulo: Expressão Popular, 2013.
- \_\_\_\_\_. *Gênero, patriarcado e violência*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2004.